

Redução de débito está no cardápio

O Brasil vai ampliar o cardápio de opções oferecido aos bancos para negociar o reescalonamento de sua dívida externa. Dentro do espírito de que os bancos credores não têm objetivos iguais, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, anunciou que o país estuda a possibilidade de negociar a redução de uma parte de sua dívida nos parâmetros propostos pelo plano Brady.

Na proposta original do Brasil, feita aos bancos em setembro mas depois arquivada por conta das negociações em torno dos juros atrasados, o país não mencionava a redução. Pedia sim o alongamento dos prazos de pagamento. "Quanto mais rico o cardápio mais fácil será chegar ao acordo", disse Eris, que pela manhã foi a Nova Iorque encontrar-se com William Rhodes, presidente do comitê dos bancos. "Mas o alongamento ainda fazia parte de nossas opções".

Como é de praxe, o presidente do BC definiu sua conversa com Rhodes como "positiva". Não foi possível ouvir a versão deste último. Telefemas ao seu porta-voz resultaram apenas na informação de que Rhodes iria passar a tarde em reuniões e não faria comentários. Quanto ao protocolo do acordo, selado verbalmente no começo do mês, definindo o pagamento dos juros atrasados, Eris disse que ainda não está pronto.

"Mas é uma questão de dias" afirmou. Tão logo seja concluído, o protocolo vai passar por uma verdadeira maratona de aprovações. Primeiro, do Senado brasileiro. Se aprovado, ele volta às mãos do comitê, para que sua diretoria o submeta ao exame dos quase 300 bancos que representa. O processo é longo mas Eris disse que todos os envolvidos fixam para final de maio a data em que tudo deverá estar concluído.

"E aí faremos o primeiro pagamento, de US\$ 900 milhões", disse ele. Para Eris, a redação final do protocolo está demorando por causa da sua linguagem, extremamente burocrática, e também pelo debate entre as partes contratantes acerca de pequenos detalhes, que às vezes se parecem mais com picuinhas. Alguns bancos, por exemplo, insistem em que o Brasil pague as despesas do comitê na negociação.

Antigamente, o país pagava tudo para os banqueiros, de comida a aluguel de carro e escritório. Com o governo Collor, essa atitude foi modificada. Os bancos aceitaram a mudança a contragosto. "Alguns deles insistem que o Brasil pague as despesas porque esta negociação se refere ao acordo de 88", disse Eris, dando a entender que considerava isso uma questão menor, que não atrapalharia o acordo final.

"Uma vez assinado este acordo, aí retomaremos as discussões sobre o reescalonamento do principal", disse ele. "Agora não adianta marcar uma data". Em sua conversa com Rhodes, Eris tentou arrancar seu apoio para que o Brasil fizesse uma negociação paralela com os bancos e o Fundo e aparentemente conseguiu. "Afinal, qualquer arranjo com os bancos envolverá recursos que poderão ser captados a partir de um acordo com o Fundo". Rhodes concordou.